

SOCIEDADES DE ADVOGADOS E TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS

*Luciana Gross Cunha, Maria da Gloria Bonelli, Fabiana Luci de Oliveira
e Maria Natália B. da Silveira*

LAW FIRMS AND PROFESSIONAL TENDENCIES

RESUMO

O ARTIGO A SEGUIR APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS A ADVOGADOS SELECIONADOS EM UMA AMOSTRA INICIAL, ELABORADA COM CRITÉRIOS DE COTA POR GÊNERO, MOMENTO NA CARREIRA DE ADVOGADOS E TAMANHO DAS SOCIEDADES EM QUE DESENVOLVEM SUAS ATIVIDADES. COM O OBJETIVO DE CONHECER O PERFIL DOS ADVOGADOS QUE ATUAM NA CIDADE DE SÃO PAULO E IDENTIFICAR AS TENDÊNCIAS DE ATUAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS, O GVLAW, EM PARCERIA COM A DIREITO GV, REALIZOU NO PERÍODO DE 2005 E 2006 A PESQUISA "SOCIEDADE DE ADVOGADOS E TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS". OBSERVOU-SE A EXPANSÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS E DE ESCRITÓRIOS DE MÉDIO PORTE, EM UM MERCADO NO QUAL TRADICIONALMENTE PREDOMINA O PEQUENO ESCRITÓRIO. ISTO É ACOMPANHADO DA ESTRATIFICAÇÃO DA CARREIRA, DIVIDIDA AGORA EM ASSOCIADOS JUNIORES, SENIORES E EM SÓCIOS DOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA.

PALAVRAS-CHAVE

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, MERCADO DE TRABALHO, PROFISSÃO, EDUCAÇÃO EM DIREITO, ADVOGADOS.

ABSTRACT

THIS ARTICLE PRESENTS THE RESULTS OF THE RESEARCH PROJECT ENTITLED "LAW FIRMS AND THEIR EMPLOYMENT AND MARKET TENDENCIES" DEVELOPED IN 2005/2006 BY GVLAW IN PARTNERSHIP WITH DIREITO GV. THE GOAL OF THIS RESEARCH WAS TO IDENTIFY THE GENERAL CHARACTERISTICS OF LAWYERS CURRENTLY WORKING IN SAO PAULO LAW FIRMS, AS WELL AS THEIR CAREER PATHS AND THE EMERGING TENDENCIES WITHIN THEIR LEGAL PRACTICES. TO GATHER THIS DATA A SURVEY WAS MADE OF 239 SAO PAULO LAWYERS. THE RESPONDENTS WERE CHOSEN BY A STATISTICAL SAMPLING WHICH CONSIDERED THE SIZE OF THEIR LAW FIRMS, THEIR GENDER, AND THEIR CARRIER LEVEL. AMONG THE VARIETY OF FINDINGS DISCOVERED THROUGH THIS SURVEY WERE: (i) AN INCREASE IN THE NUMBER OF MEDIUM SIZE LAW FIRMS IN A MARKET THAT WAS PREVIOUSLY DOMINATED BY SMALL FIRMS; (ii) LEGAL CARRIERS WITHIN MOST LAW FIRMS ARE NOW CLEARLY DEFINED BY THREE DISTINCT LEVELS: JUNIOR, SENIOR AND PARTNER.

KEYWORDS

LAW FIRMS, JOB MARKET, PROFESSION, LAW EDUCATION, LAWYERS.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mercado de atuação das sociedades de advogados no Brasil vem passando por alguma transformação, resultado do surgimento de novas áreas de atuação para os advogados e de uma maior competição entre as sociedades de advogados na disputa do mercado. Um dos indícios desta mudança é a crescente profissionalização destas organizações que parecem não mais ser, exclusivamente,

escritórios familiares. No tocante às características das sociedades de advogados, o que se verifica é um mercado de atuação das sociedades de advogados estratificado de acordo com o tamanho dos escritórios, predominando a clientela empresarial nas grandes sociedades de advogados e os clientes individuais concentrados nos pequenos escritórios. A estratificação também pode ser percebida no recrutamento dos profissionais: os formados nas faculdades públicas estão mais concentrados nos grandes escritórios e como sócios nos pequenos escritórios. Os associados das sociedades de advogados são oriundos, em sua maioria, das escolas religiosas.

A pesquisa “Sociedade de Advogados e Tendências Profissionais”¹ se insere neste cenário, procurando conhecer o perfil dos advogados que atuam na cidade de São Paulo e identificar as tendências de atuação das sociedades de advogados.

METODOLOGIA E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização de duas metodologias: uma qualitativa e uma quantitativa. Na primeira parte da pesquisa foram coletados depoimentos sobre a trajetória das sociedades de advogados, entrevistando sócios de alguns escritórios como Demarest e Almeida; Emerenciano e Baggio; Machado, Meyer, Sendacz e Ópice; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga; Neumann, Salusse e Marangoni; Perla Beatriz Rossi Moherdau; Pinheiro Neto; Rubens Naves, Santos Jr. e Hesketh; Newton Silveira e Wilson Silveira; Tozzini, Freire, Teixeira e Silva; Xavier, Bernardes, Bragança, entre outros.

Para a etapa quantitativa preparamos um questionário a ser respondido por advogados atuantes nas sociedades e escritórios da cidade de São Paulo sorteados aleatoriamente.

Ao todo foram entrevistados 239 advogados(as), superando a amostra inicial de 216. Como pode ser observado no Gráfico 1, 56% trabalhavam em sociedades de advogados filiadas ao Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa) e 44% em escritórios ou sociedades que não participam dessa associação.

A amostra foi construída considerando a estratificação dos escritórios em três faixas: a primeira com até 9 advogados, a segunda de 10 a 49 advogados e a terceira com 50 ou mais advogados.

A fim de construir uma amostra representativa dessas proporções e como não havia dados sobre o universo total de escritórios, procuramos inicialmente definir cotas de 72 questionários para cada um desses grupos.

Identificar os escritórios dispersos pela cidade foi a primeira dificuldade. Tínhamos uma lista de 860 escritórios que contribuíram com a publicação do livro *70 Anos da OAB*, mas essa base de dados estava desatualizada.

Muitas vezes fazíamos contato com um escritório, enfrentávamos enorme resistência para obter a autorização para realizar a entrevista e, quando conseguíamos,

descobríamos que o escritório não tinha o porte da informação obtida.

Em razão da enorme desatualização nos endereços e telefones obtidos para o contato inicial, além do alto grau de recusa em permitir a aplicação do questionário no escritório, ou da falta de disposição do advogado ou advogada em colaborar com a pesquisa, decidimos flexibilizar alguns requisitos para concluirmos o trabalho de campo. Entre eles, não seguimos rigorosamente as cotas de 72 questionários para cada uma das três faixas de tamanho dos escritórios e a proporção igual de homens e de mulheres entrevistados.

Não obstante essas dificuldades, como pode ser observado nos Gráficos 2 e 3, chegamos muito próximo das metas iniciais.

Como já mencionado, havia uma intencionalidade em entrevistar uma cota de 50% de advogados e 50% de advogadas, o que não reflete a participação efetiva de homens e mulheres no mercado de trabalho, mas favorece detectar a pluralidade de concepções sobre as tendências profissionais.

Quanto à faixa etária, mudamos nossa meta inicial. Pretendíamos entrevistar uma amostra mais diversificada quanto à idade, mas, conforme ia aumentando o número de respondentes, fomos observando o desinteresse dos mais velhos com a temática da qualificação profissional, o que nos impossibilitava de obter informações sobre isso. Assim, priorizamos os advogados mais jovens, embora tenhamos reunido informações sobre profissionais em outros momentos de sua trajetória na carreira.

PERFIL SOCIAL DOS ADVOGADOS ENTREVISTADOS

O Gráfico 5 revela uma composição desconcertantemente branca de advogados(as) nas sociedades e escritórios de advocacia entrevistados. Apenas 2,6% deles se auto-classificaram como não-brancos, mas nenhum preto. Quanto ao estado civil, detalhado no Gráfico 6, considerando-se que 65% do grupo tinha até 30 anos, não surpreende que predominem na amostra os solteiros, com 57%.

Observa-se a reprodução endógena do grupo, com metade deles tendo parentes nas profissões jurídicas, em especial na advocacia.

Embora, a partir da década de 1990, tenham se expandido as sociedades de advogados com administração especializada, esses dados confirmam a tradição de muitos escritórios seguirem na mesma família, sendo passados dos pais para os(as) filhos(as).

Observamos, nos Gráficos 8 e 9, que os entrevistados possuem uma origem social de elevado grau de instrução, com 73% dos pais e 54% das mães tendo curso superior completo. Essas proporções de nível de escolaridade universitária completa são muito superiores àquelas encontradas na classe média paulistana. Um exemplo mais próximo são os magistrados.

Em pesquisa dirigida por Sadek (2006), ela obteve que 35% dos pais e 16% das mães dos magistrados da região Sudeste brasileira possuem curso superior

completo. Sobre a endogenia nessa carreira, os dados que ela apresenta referem-se ao País como um todo. Esses dados foram retirados da amostra de sua pesquisa, realizada com membros da Associação dos Magistrados Brasileiros, com retorno de 3.258 questionários dos magistrados ativos e aposentados. Ela encontrou 52% de juízes com parentes na advocacia privada, mas apenas 27% com parentes na magistratura.

PERFIL PROFISSIONAL DOS ADVOGADOS ENTREVISTADOS

Os Gráficos 10 e 11 referem-se aos cargos ocupados e às áreas de atuação dos(as) advogados(as). Embora a amostra seja predominantemente jovem, há uma distribuição equilibrada entre os três cargos classificados, que estratificam o grupo profissional nos escritórios e nas sociedades de advogados. Assim, tendo 65% da amostra até 30 anos, 67% dos(as) entrevistados(as) estão nos cargos de advogado jr. e de advogado sênior/pleno e 33% na posição de sócio da banca de advocacia. Há, portanto, uma rápida mobilidade na carreira.

Quanto às áreas de atuação, não há uma forte especialização, no sentido de o profissional concentrar sua atuação em uma área.

Com 239 entrevistados, observam-se múltiplas respostas para essa questão, com 563 registros. Isto representa 2,4 áreas de atuação para cada respondente. O contencioso sobressai-se com mais da metade da amostra atuando nesta área, que é seguida pela civil (35%) e pela comercial (30%). Agrupando essas citações em seis áreas de atuação (Gráfico 11.1), vemos que a área tradicional e a de negócios se destacam.

As Tabelas 2 e 3 informam sobre a instituição onde os(as) advogados(as) se formaram. Predominam as instituições privadas religiosas, com 44%, onde estão agregadas a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Quando analisamos cada uma das instituições, constatamos que a PUC formou 30% dos entrevistados, seguida pela USP, com 22%.

O Gráfico 12 revela como o grupo entrevistado está muito próximo do momento de sua graduação, com 57% tendo se formado a partir de 2000. Trata-se de um contingente de advogados ainda jovens, que vislumbram o investimento na qualificação como forma de impulsionar sua carreira. Menos de 5% da amostra fez outro curso superior além do direito.

Observamos nas Tabelas 4 e 5 a proporção da amostra que frequentou ou frequentou curso de pós-graduação e qual o tipo de curso realizado. O montante de entrevistados que participaram de alguma formação pós-graduada é significativo, chegando a 68%. Destaca-se a especialização, com 72%. O mestrado acadêmico é informado por 18% da amostra. Encontramos também 25% de advogados que fizeram mais de um curso de pós-graduação. Portanto, trata-se de um grupo com motivação e experiência para opinar sobre essa qualificação.

Durante as entrevistas qualitativas, registramos que vários advogados comentavam sobre o cenário de realizar a pós-graduação no exterior. Algumas das lideranças das sociedades de advogados que colaboraram com a pesquisa mencionaram a existência dessa possibilidade no escritório, por meio de escalas anuais. Na amostra de 162 respondentes que haviam feito pós-graduação, 13% declararam ter feito o curso no exterior.

As Tabelas 6 e 7 detalham as áreas nas quais os(as) advogados(as) fizeram a pós-graduação. Nas duas destacam-se as menções classificadas como tradicionais. Estas são principalmente civil, trabalho, penal, família e tributário. A segunda área mais mencionada é a de negócios. Nela agrupamos cursos como societário, empresas, negócios, antitruste.

Em áreas menos citadas na amostra também foram feitas agregações de respostas abertas. Em direito público foram incluídos cursos de direito internacional, constitucional, administrativo, fiscal e previdenciário.

Na categoria “direito difuso” estão menções como ambiental, consumidor e direitos humanos. Na ADR (Alternative Dispute Resolution) estão as referências a mediação e arbitragem. Nas novas áreas ficaram cursos sobre direito na internet, eletrônico, das comunicações, desportivo e propriedade intelectual – o gráfico 13 apresenta o agrupamento das menções por áreas das duas menções.

Como pode ser verificado nas Tabelas 8 e 9, a PUC é a instituição que reúne o maior número de menções na amostra (37% no primeiro curso e 32% no segundo), acompanhando a indicação de graduação (Tabelas 2 e 3).

A FGV cresce na segunda menção (de 15% para 27%), o que está relacionado com a criação mais recente dos cursos de pós-graduação nesta escola. Agrupados em outros cursos estão aqueles citados menos vezes do que o Centro de Extensão Universitária, entre eles o IBMEC, FAAP, FMU, Escola Superior da Magistratura, Escola Superior da OAB, etc. O gráfico 14 traz as instituições agrupadas para as duas menções, a FGV ficando em terceiro lugar, depois da PUC e de outras instituições agrupadas (portanto pode-se considerar que é a segunda instituição mais citada).

As Tabelas 10 e 11 apresentam as informações sobre a fonte de financiamento para a realização dos cursos de pós-graduação. Tanto o primeiro quanto o segundo são predominantemente custeados pelo(a) próprio(a) advogado(a), sendo esse aspecto mais marcante para o primeiro curso (78%).

O escritório ou a sociedade de advogados participa em conjunto com o entrevistado para financiar parte do curso em 22% dos casos no primeiro curso e em 33% no segundo.

Tanto o apoio institucional para a qualificação profissional associado à concepção do capital humano quanto o Estado providência perderam força na contemporaneidade. No Brasil, o enfraquecimento dessas políticas é notado na prática e no ideário.

Difunde-se a responsabilidade individual pelas competências tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional. A linguagem das competências substitui a das qualificações permanentes.

Os escritórios de advocacia parecem sintonizados com este cenário. Cabe ao profissional desenvolver sua competência para o mercado. Tal ideário dificulta o sentimento de pertencimento a uma equipe. Ele precisa ser contraposto a outro. Aquele que consolida a identificação com o grupo.

Várias sociedades de advogados que foram entrevistadas na fase qualitativa da pesquisa mencionaram diferenciar seus valores e identidade em relação ao que consideravam predominar no mercado: elas constituíam times de profissionais, grupos com um projeto distinto, orientando-se pelo dinamismo dos negócios, a alma das empresas que eles têm como clientes, sem perder a oferta generalista de serviços jurídicos.

Grande parte da amostra tem interesse em fazer um curso de pós-graduação (Tabela 12): 73% dos entrevistados.

A principal área de interesse para fazer o curso é a tradicional (Gráfico 21), foco do interesse de 40% dos entrevistados que gostariam de fazer um curso de especialização. Nessa área destacam-se os cursos de direito tributário, direito civil e processo civil e também cursos de direito trabalhista.

Em segundo lugar, aparecem cursos da área de negócios (29% dos entrevistados), direito empresarial, contratos e mercado financeiro em especial; direito societário também aparece com frequência.

Na área de direito público, interesse de 14% dos entrevistados, aparecem principalmente cursos de direito administrativo e internacional (a maioria dos entrevistados que citou direito internacional também mencionou comércio internacional).

Na área de direito difuso (interesse de 5% dos entrevistados), direito ambiental e direito do consumidor são os mais citados.

Em novas áreas (interesse de 4% dos entrevistados), internet e propriedade intelectual são os mais frequentes.

Em ADR (interesse de 3% dos entrevistados), aparecem regulação e arbitragem.

Cerca de 3% dos entrevistados têm interesse em fazer pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Há três motivações que se destacam para que os advogados entrevistados busquem realizar cursos de pós-graduação. A primeira delas visa ascender na carreira, com 61%. A segunda tem objetivo de dedicação à área acadêmica, não se voltando necessariamente para a prática da advocacia, com 56%. A terceira é para melhorar o currículo (53%), favorecendo o ingresso de jovens advogados em um mercado muito seletivo. Há nessa demanda a necessidade de formação generalista, além da especializada.

O montante expressivo de respostas para a atividade acadêmica revela as mudanças nas exigências em torno do ensino de direito, e a perspectiva de profissionalização dessa área, como um segmento diferenciado dentro das profissões jurídicas.

O modelo tradicional de ensino nesta área, apoiado no conhecimento prático e/ou na notoriedade do operador do direito, está perdendo terreno rapidamente diante das exigências dos órgãos governamentais que avaliam a educação superior. Os docentes doutores já dominam as instâncias responsáveis pelos processos avaliativos no MEC e na Capes, e estão deslocando os notáveis tradicionais das posições prestigiadas no ensino do direito. O mesmo se verifica nas comissões da OAB voltadas para o ensino e para a abertura de cursos superiores (ENGELMANN, 2006).

Na opinião dos entrevistados, as áreas que mais se destacam como promissoras na advocacia são a do direito de negócios (50%) e de direitos difusos (42%). Mas, novamente, as áreas classificadas como tradicionais foram bem mencionadas (34%), além do direito público (32%) e de outras áreas (30%), nas quais se destacam a internet, a tecnologia da informação e a propriedade intelectual. Em novas áreas apareceram também com alguma frequência direito penal empresarial, direito desportivo e bioética.

Os entrevistados foram perguntados sobre quais fatores mais influenciam a procura por um curso de pós-graduação. De acordo com o Gráfico 17, três fatores se destacam como muito importantes para influenciar a decisão de procurar um curso de especialização: a notoriedade da instituição, a valorização profissional e a especialização na área de atuação.

Somadas as repostas importante e muito importante (Gráfico 18), obtivemos respectivamente 96%, 95% e 96% para cada um desses fatores. A ascensão na carreira soma 92% de respostas importante e muito importante, e o tempo de dedicação ao curso soma 90%, sendo esta última a questão prática mais forte.

Quando perguntados sobre os fatores que mais influenciam o sucesso de uma sociedade de advogados (Gráficos 19 e 20), vemos que os entrevistados consideram o investimento na formação dos advogados um aspecto de grande importância (97%), sendo o segundo fator de maior destaque, atrás apenas da conquista de novos clientes (99%). Destacam-se também a administração da sociedade ou do escritório (96%) e a notoriedade de seus sócios (95%).

Os aspectos menos valorizados são a existência de metas de produção (70%) e o número de sócios (38%).

Os entrevistados foram perguntados também sobre a importância de alguns fatores para ser um bom advogado (Gráficos 22 e 23). A boa comunicação com o cliente foi apontada como o fator de maior importância, seguido do conhecimento da lei e da realidade da sociedade brasileira. O fator de menor importância comparativamente foi a formação interdisciplinar.

O Gráfico 24 traz a distribuição de faixas de rendimento dos entrevistados. Cerca de 43% dos entrevistados recebem até R\$ 4.000 e quase metade deles recebe mais de R\$ 6.000.



CONCLUSÕES

A partir da análise dos resultados da pesquisa é possível concluir que:

1. Apesar da expansão das sociedades de advogados com administração especializada, observou-se no grupo entrevistado uma reprodução endógena, com metade dele tendo parentes nas profissões jurídicas.

2. A amostra indicou a existência de profissionais que atuam em sociedades de advogados com uma origem social de elevado grau de instrução.

3. Os dados revelam que existe uma rápida mobilidade na carreira da advocacia.

4. Não foi verificada uma forte especialização quanto às áreas de atuação dos(as) entrevistados(as).

5. Desenvolvida na cidade de São Paulo, os resultados da pesquisa mostraram que as instituições privadas religiosas, leia-se Pontifícia Universidade Católica e Universidade Presbiteriana Mackenzie, predominam entre as instituições de formação dos(as) advogados(as) entrevistados(as).

6. A grande maioria dos(as) entrevistados(as) participou de alguma formação pós-graduada. Desta formação, predomina a especialização.

7. Entre as áreas em que realizaram a pós-graduação, predominam as áreas tradicionais do direito (civil, trabalho, penal, família e tributário).

8. O cursos de pós-graduação são predominantemente financiados pelo(a) próprio(a) advogado(a).

9. Grande parte da amostra tem interesse em fazer um curso de pós-graduação.

10. Dentre aqueles(as) que têm interesse em fazer um curso de pós-graduação, a maioria pretende fazer um curso de especialização.

11. O foco de interesse principal entre os cursos de pós-graduação é a área tradicional, seguida da área de direito dos negócios e direito público.

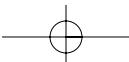
12. As motivações para fazer um curso de pós-graduação são: possibilidade de ascender na carreira, dedicação à área acadêmica e melhoria do currículo.

13. As áreas identificadas como promissoras na advocacia são: direito dos negócios e direitos difusos, seguidas das áreas tradicionais do direito e do direito público (32%).

14. Três fatores foram apontados pelos(as) entrevistados(as) como muito importantes na decisão de procurar um curso de especialização: (i) a notoriedade da instituições, (ii) a valorização profissional; e a (iii) especialização na área de atuação.

15. Segundo os(as) entrevistados(as), o sucesso de uma sociedade de advogados depende (i) do investimento na formação dos advogados, (ii) da conquista de novos clientes, (iii) da administração da sociedade ou do escritório e (iv) da notoriedade dos sócios – nesta ordem.

16. Para ser um bom advogado, de acordo com os(as) entrevistados(as), é necessário (i) ter boa comunicação com o cliente, (ii) ter o conhecimento da lei, (iii) ter o conhecimento da realidade da sociedade brasileira – nesta ordem.





GRÁFICOS

GRÁFICO 1

Distribuição da amostra segundo perfil de filiação do escritório ao CESA

Base: 239 entrevistados

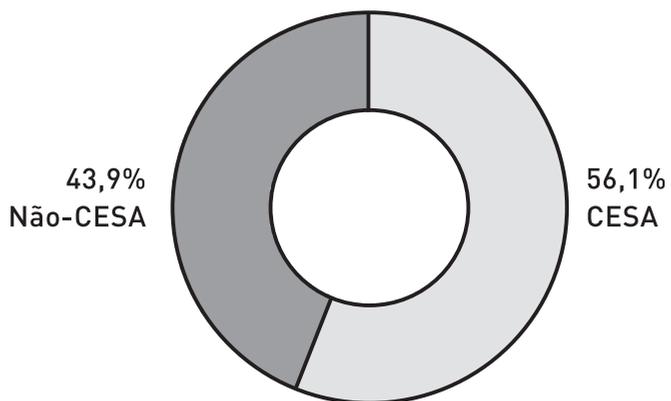
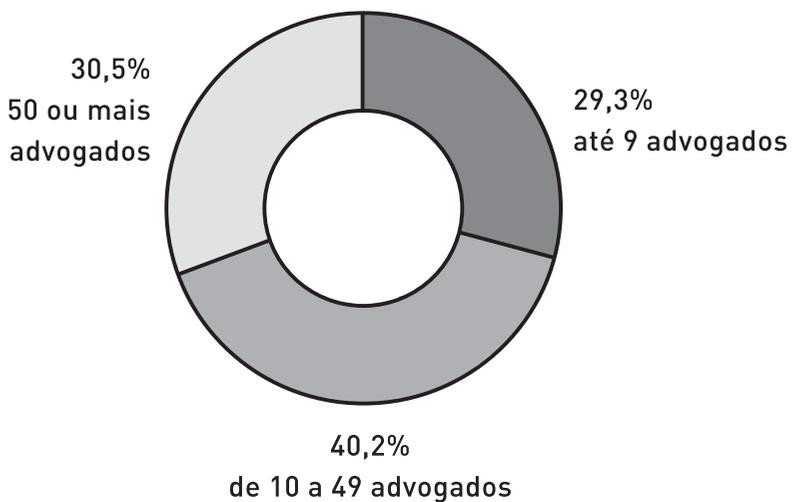


GRÁFICO 2

Distribuição da amostra segundo o tamanho dos escritórios

Base: 239 entrevistados



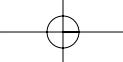


GRÁFICO 3

Distribuição da amostra segundo a composição por gênero
Base: 239 entrevistados

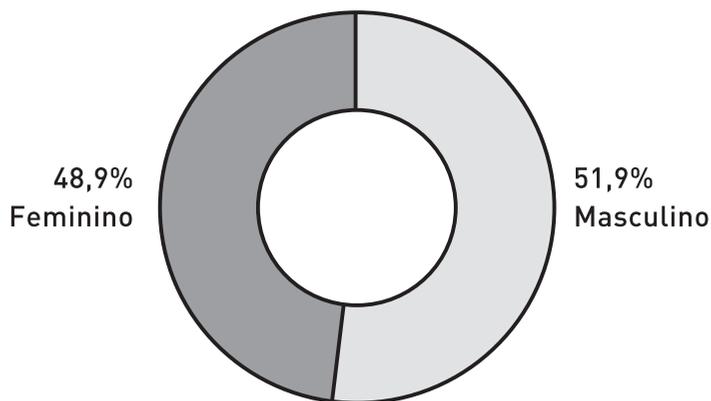
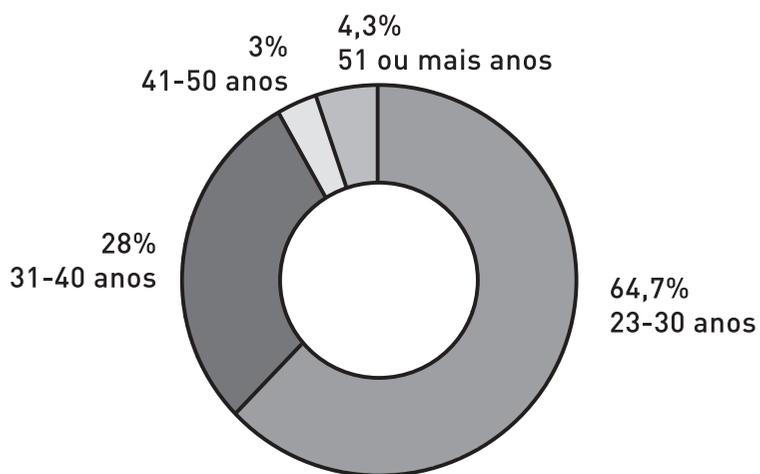


GRÁFICO 4

Distribuição da amostra segundo a faixa etária
Base: 239 entrevistados



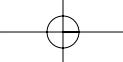


GRÁFICO 5

Distribuição da composição de cor da amostra

Base: 239 entrevistados

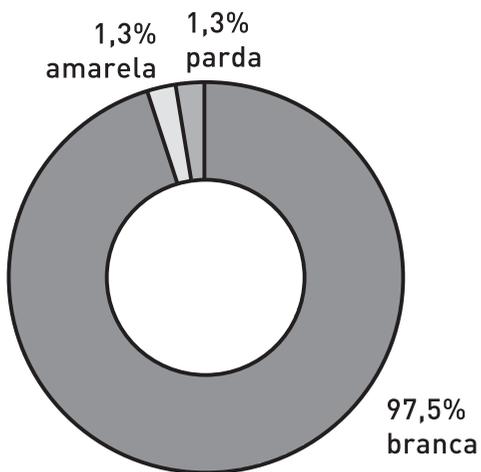
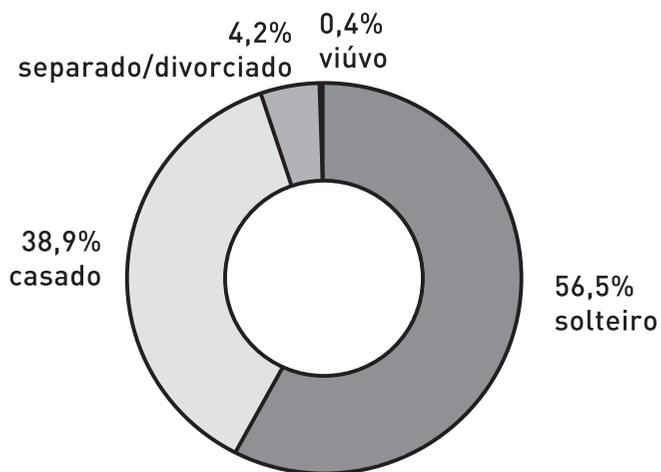


GRÁFICO 6

Distribuição da amostra segundo o estado civil

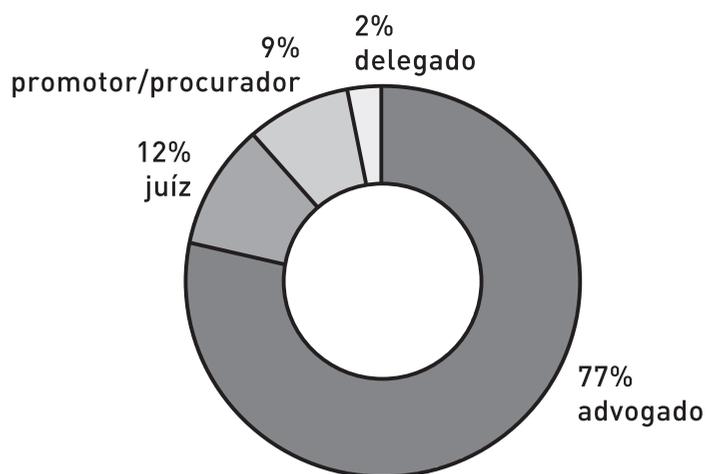
Base: 239 entrevistados



**GRÁFICO 7**

Distribuição da ocupação do(s) parente(s) em profissão jurídica

Base: 120 entrevistados que possuem parentes nas profissões jurídicas

**GRÁFICO 8**

Distribuição da amostra segundo o grau de instrução do pai

Base: 239 entrevistados

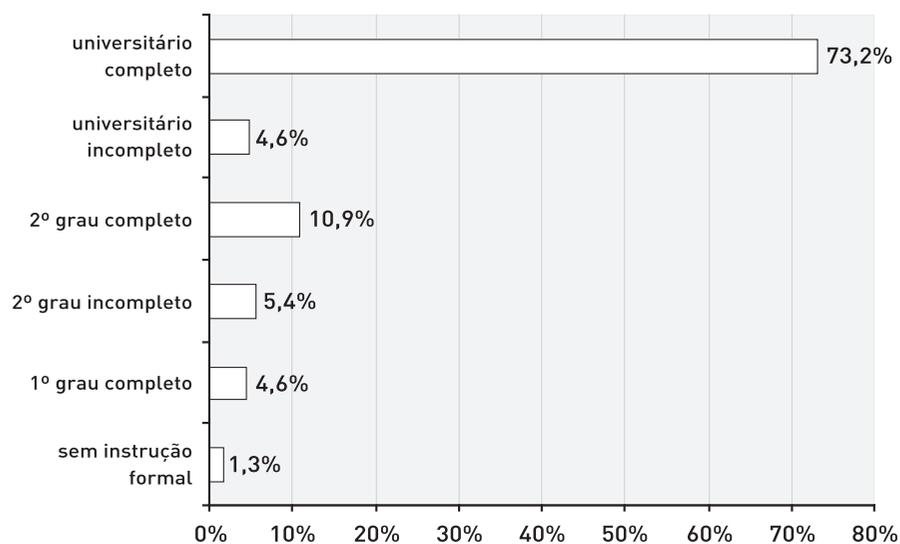
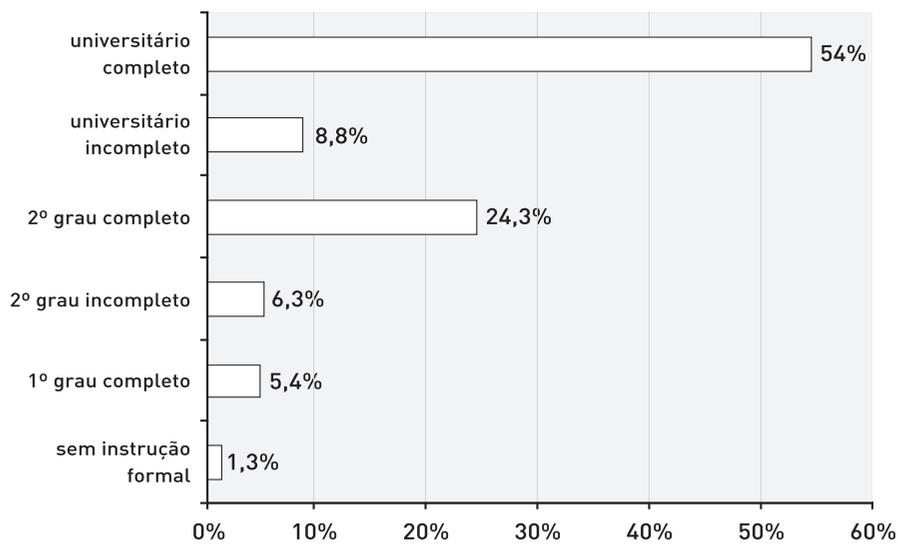


GRÁFICO 9

Distribuição da amostra segundo o grau de instrução da mãe

Base: 239 entrevistados

**GRÁFICO 10**

Distribuição da amostra segundo o cargo ocupado

Base: 239 entrevistados

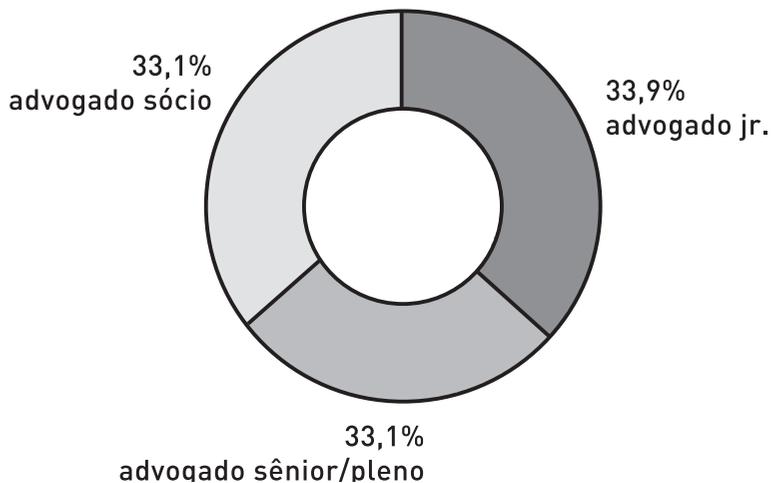
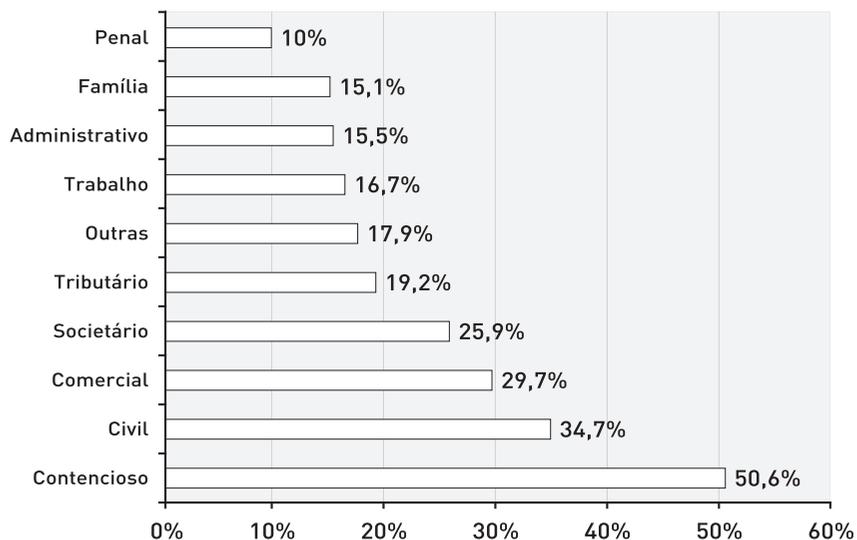


GRÁFICO II

Distribuição da amostra segundo as áreas de atuação

Base: 239 entrevistados * total excede 100% por ser questão de múltipla escolha

**GRÁFICO II.1**

Distribuição da amostra segundo as áreas de atuação agrupada

Base: 563 citações

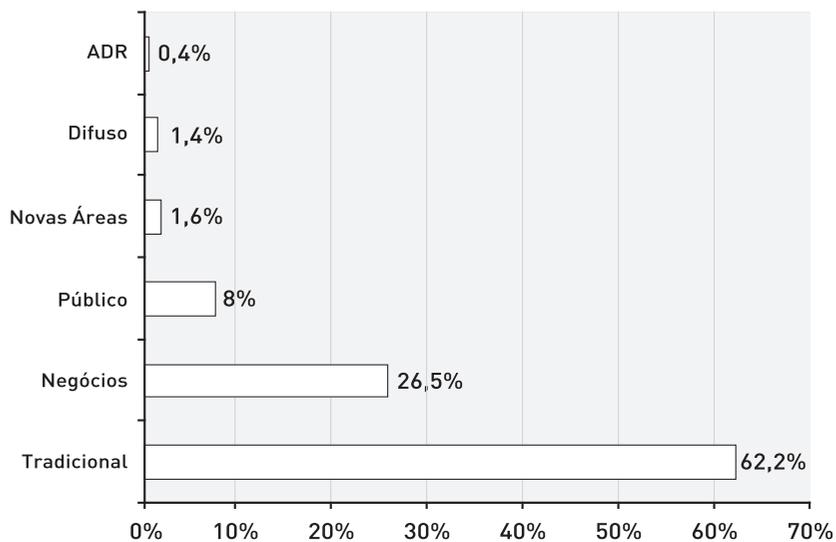
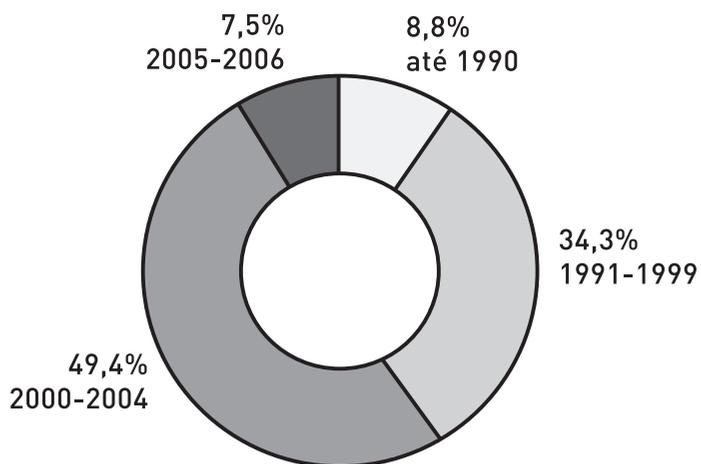


GRÁFICO 12

Distribuição da amostra segundo o ano de conclusão da graduação

Base: 239 entrevistados

**GRÁFICO 13**

Distribuição da área do primeiro e segundo curso de pós-graduação

Base: 221 alunos que fizeram cursos de pós-graduação (soma 1ª e 2ª menções)

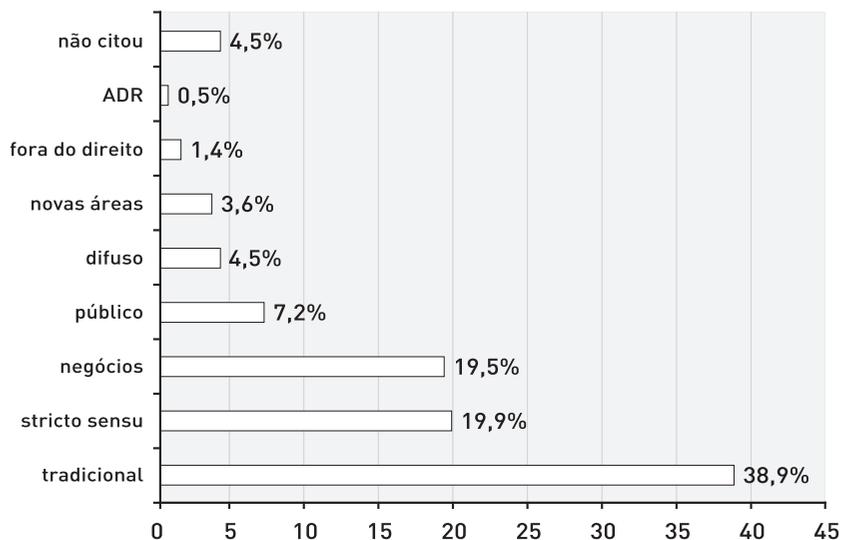
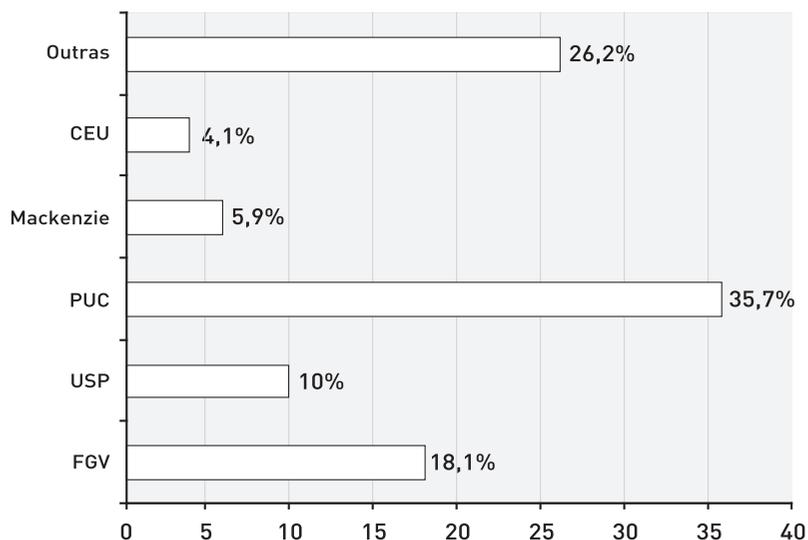


GRÁFICO 14

Distribuição da instituição do primeiro e segundo curso de pós-graduação

Base: 221 alunos que fizeram cursos de pós-graduação (soma 1ª e 2ª menções)

**GRÁFICO 15**

Distribuição das motivações para procura de cursos de pós-graduação

Base: 162 entrevistados que fizeram curso de pós-graduação

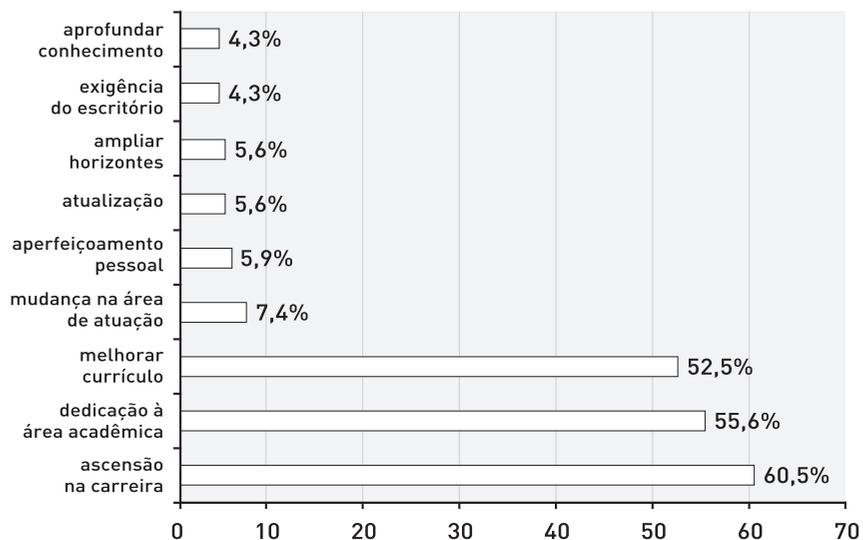
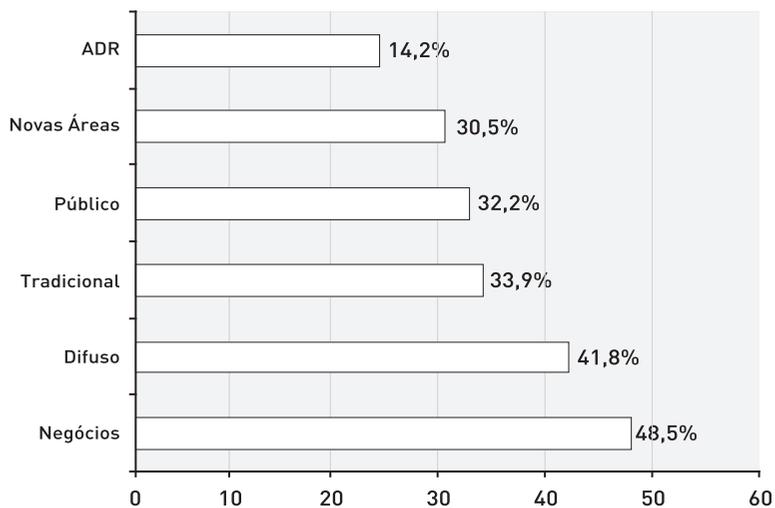


GRÁFICO 16

Distribuição das respostas sobre áreas promissoras da advocacia

Base: 239 entrevistados

**GRÁFICO 17**

Distribuição dos fatores que influenciam a decisão de procurar curso de especialização

Base: 239 entrevistados

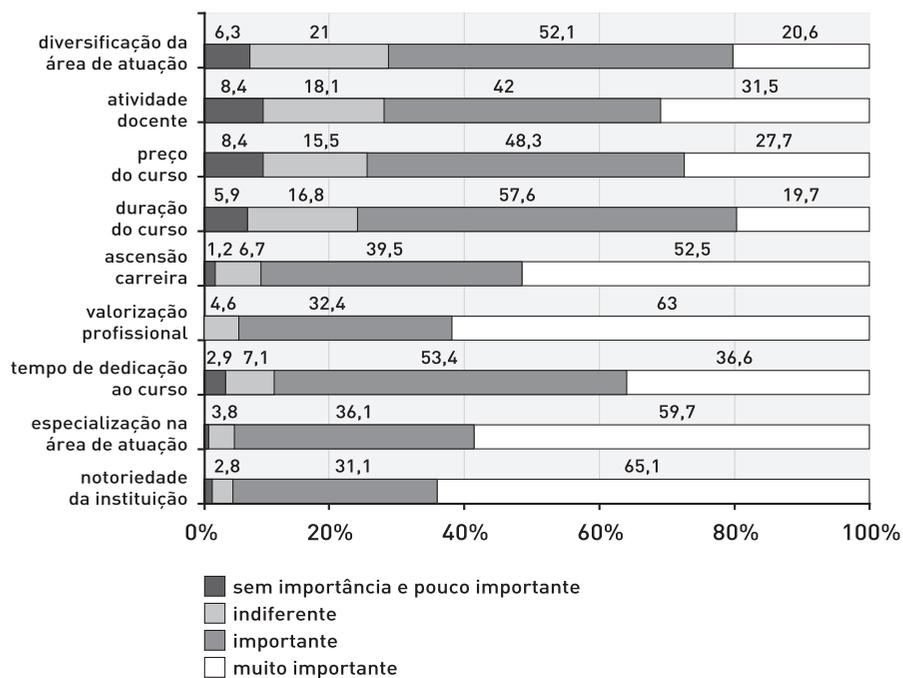


GRÁFICO 18

Distribuição dos fatores que influenciam a decisão de procurar curso de especialização (importante + muito importante)

Base: 239 entrevistados

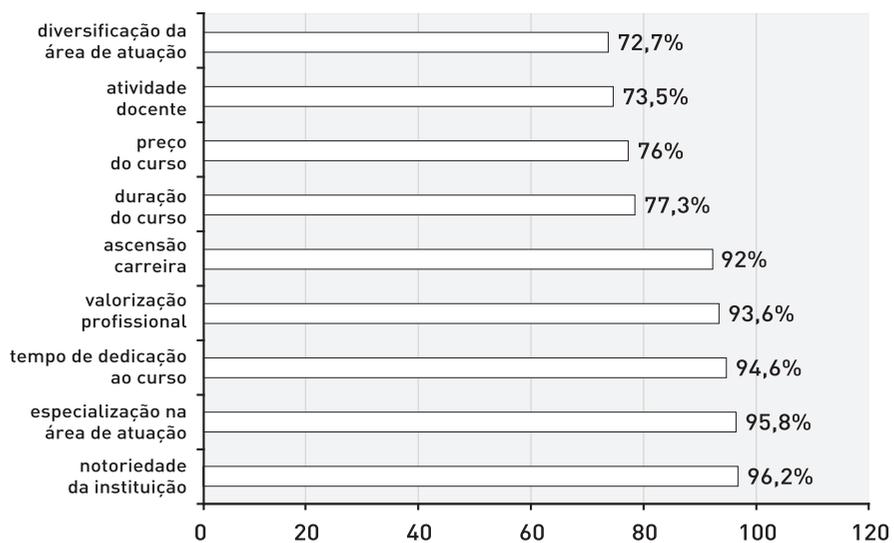


GRÁFICO 19

Distribuição dos fatores que influenciam o sucesso de uma sociedade de advogados

Base: 239 entrevistados

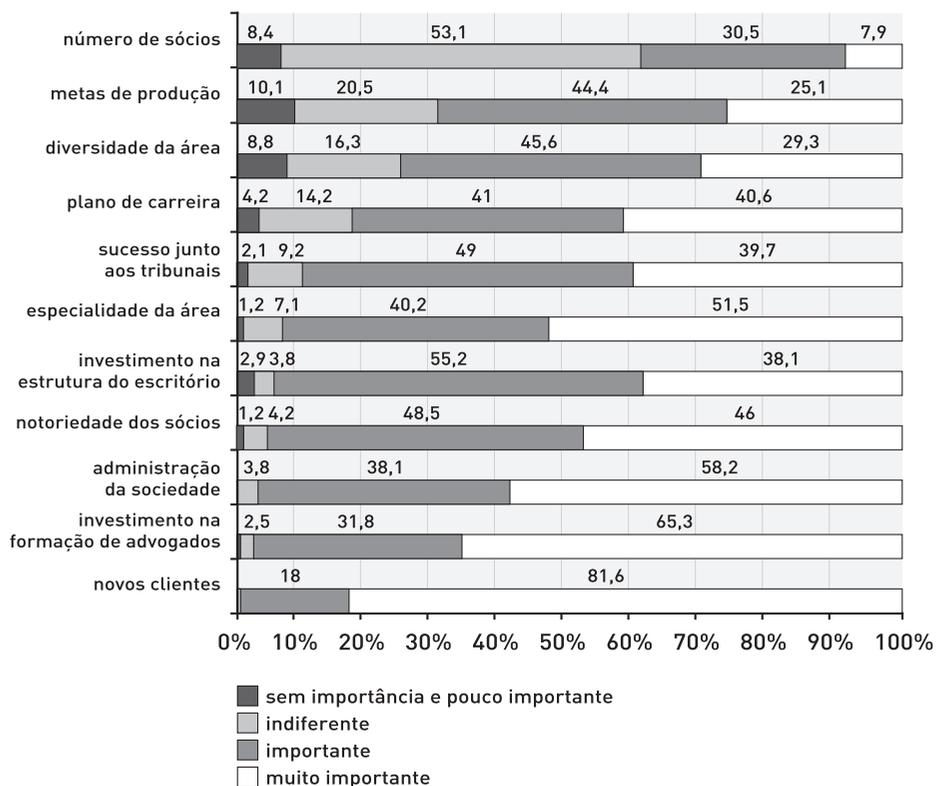


GRÁFICO 20

Distribuição dos fatores que influenciam o sucesso de uma sociedade de advogados
(importante + muito importante)

Base: 239 entrevistados

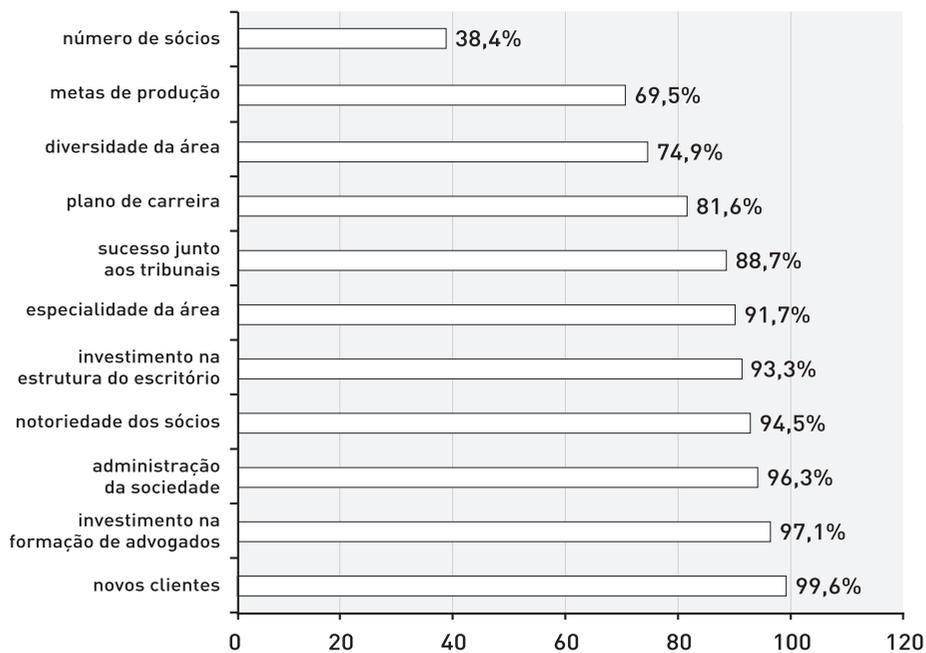


GRÁFICO 21

Distribuição das áreas de interesse em cursos de pós-graduação

Base: 174 entrevistados com interesse em fazer curso de pós-graduação

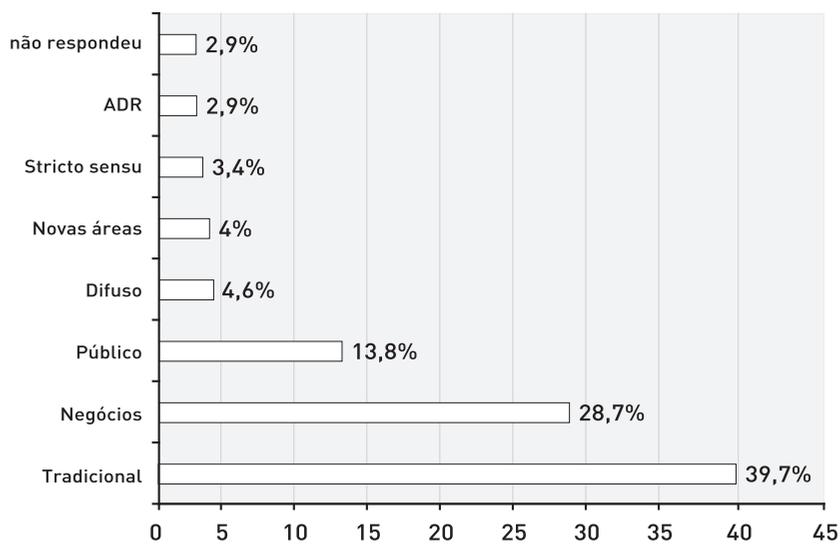


GRÁFICO 22

Distribuição da importância dos fatores para ser um bom advogado

Base: 239 advogados

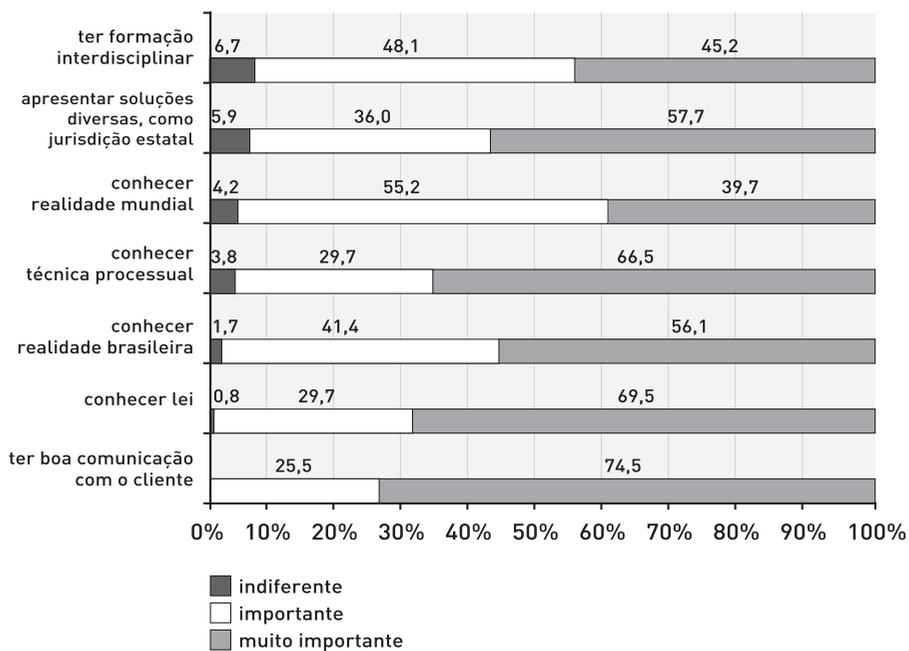
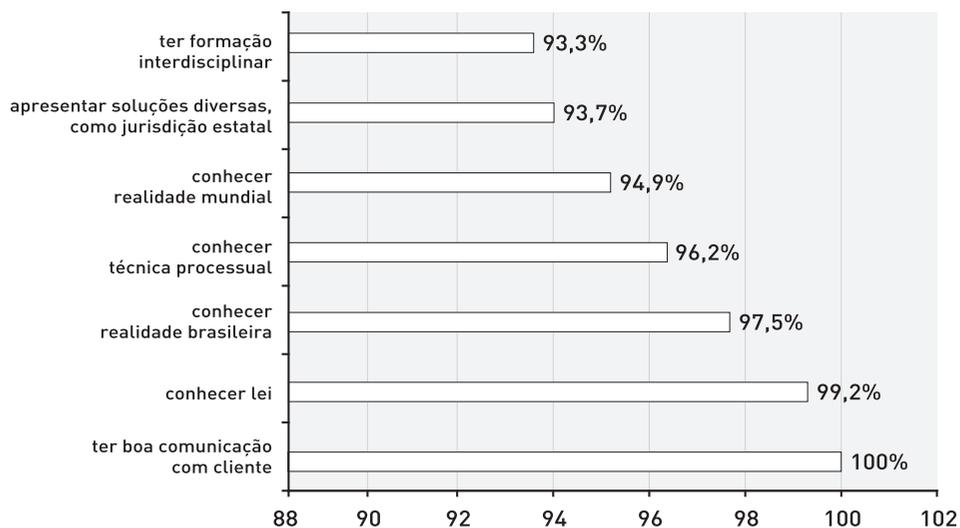


GRÁFICO 23

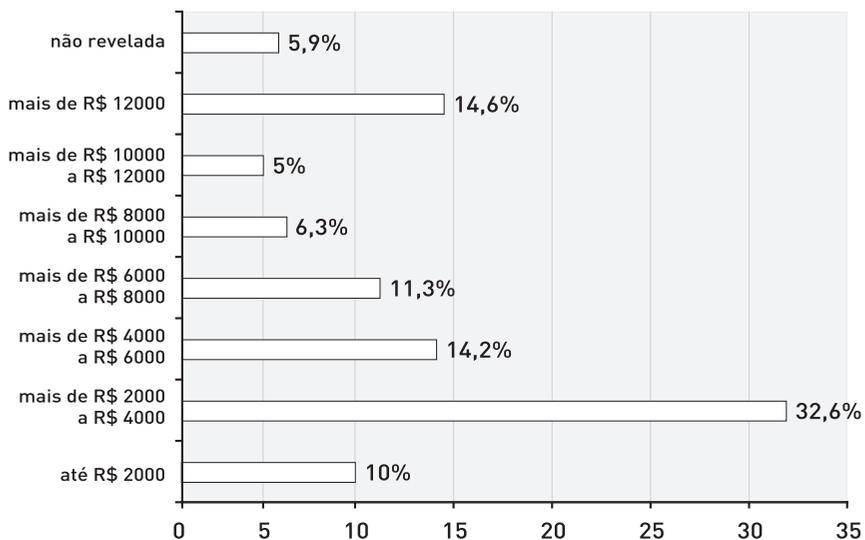
Distribuição da importância dos fatores para ser um bom advogado

Base: 239 advogados

**GRÁFICO 24**

Distribuição da renda dos entrevistados

Base: 239 entrevistados



TABELAS

TABELA 1. Distribuição da endogenia na carreira, segundo a existência de parentes nas profissões jurídicas

PARENTES PROFISSÃO ÁREA JURÍDICA	N	%
NÃO	119	49,8
SIM	120	50,2
TOTAL	239	100

TABELA 2. Distribuição da amostra segundo o tipo de instituição de graduação

INSTITUIÇÃO GRADUAÇÃO	N	%
PRIVADA RELIGIOSA	105	43,9
PRIVADA LEIGA	76	31,8
PÚBLICA	58	24,3
TOTAL	239	100

TABELA 3. Distribuição da amostra segundo a faculdade de graduação

FACULDADE GRADUAÇÃO (ESPECIFICAÇÃO)	N	%
PUC	70	29,7
USP	52	22
OUTRAS PARTICULARES	36	15,3
MACKENZIE	31	13,1
FMU	31	13,1
UNIP	11	4,7
OUTRAS PÚBLICAS	5	2,1
TOTAL	236*	100

* DOIS CASOS SEM INFORMAÇÃO

TABELA 4. Distribuição da amostra segundo a realização de curso de pós-graduação

JÁ FEZ (OU FAZ) PÓS-GRADUAÇÃO	N	%
NÃO	77	32,2
SIM	162	67,8
TOTAL	239	100

TABELA 5. Distribuição da amostra segundo o tipo de pós-graduação

TIPO PÓS-GRADUAÇÃO (1.ª MENÇÃO)	N	%
ESPECIALIZAÇÃO	117	72,2
MESTRADO ACADÊMICO	29	17,9
EDUCAÇÃO CONTINUADA	5	3,1
OUTRA	5	3,1
DOUTORADO	4	2,5
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE	2	1,2
TOTAL	162	100

TABELA 5.1. Distribuição da amostra segundo o tipo de pós-graduação

TIPO PÓS-GRADUAÇÃO (2.ª MENÇÃO)	N	%
ESPECIALIZAÇÃO	27	45,8
EDUCAÇÃO CONTINUADA	13	22
MESTRADO ACADÊMICO	9	15,3
DOUTORADO	9	15,3
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE	1	1,7
TOTAL	59	100

TABELA 6. Distribuição da área do primeiro curso de pós-graduação

CURSO (1.ª MENÇÃO)	N	%
TRADICIONAL	69	42,9
NEGÓCIOS	31	19,3
STRICTO SENSU	31	19,3
PÚBLICO	12	7,5
DIFUSO	6	3,7
NOVAS ÁREAS	4	2,5
FORA DO DIREITO	3	1,9
ADR	1	0,6
NÃO CITOU	5	3
TOTAL	162	100

TABELA 7. Distribuição da área do segundo curso de pós-graduação

CURSO (2.ª MENÇÃO)	N	%
TRADICIONAL	17	28,8
STRICTO SENSU	13	22,0
NEGÓCIOS	12	20,3
NÃO CITOUC	5	8,5
PÚBLICO	4	6,8
DIFUSO	4	6,8
NOVAS ÁREAS	4	6,8
TOTAL	59	100

TABELA 8. Distribuição da instituição do primeiro curso de pós-graduação

INSTITUIÇÃO (1.ª MENÇÃO)	N	%
PUC	60	37,0
OUTRAS	47	29,0
FVG	24	14,8
USP	15	9,3
MACKENZIE	11	6,8
CEU	5	3,1
TOTAL	162	100

TABELA 9. Distribuição da instituição do segundo curso de pós-graduação

INSTITUIÇÃO (2.ª MENÇÃO)	N	%
PUC	19	32,2
FVG	16	27,1
OUTRAS	11	18,6
USP	7	11,9
CEU	4	6,8
MACKENZIE	2	3,4
TOTAL	59	100

TABELA 10. Distribuição da amostra quanto ao financiamento do primeiro curso

FINANCIAMENTO CURSO (1.ª MENÇÃO)	N	%
PRÓPRIO	125	78,1
PRÓPRIO/EMPRESA	35	21,9
TOTAL	160	100

TABELA 11. Distribuição da amostra quanto ao financiamento do segundo curso

FINANCIAMENTO CURSO (2.ª MENÇÃO)	N	%
PRÓPRIO	39	67,2
PRÓPRIO/EMPRESA	19	32,8
TOTAL	58	100

TABELA 12. Distribuição da amostra quanto ao interesse em fazer curso de pós-graduação

INTERESSE EM FAZER CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	N	%
NÃO	64	26,9
SIM	174	73,1
TOTAL	238*	100

* UM CASO SEM INFORMAÇÃO

: ARTIGO APROVADO (08/10/2007) : RECEBIDO EM 10/12/2006

NOTAS

- 1 A pesquisa, contratada pelo GVlaw, contou com o apoio do Centro de Estudos da Sociedade de Advogados (Cesa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico*. Porto Alegre: Fabris, 2006.
SADEK, Maria Tereza. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Direito-Rio, 2006

138: SOCIEDADES DE ADVOGADOS E TENDÊNCIAS PROFISSIONAIS

LUCIANA GROSS CUNHA E OUTROS

Luciana Gross Cunha

PROFESSORA DA DIREITO GV
MESTRE E DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Maria da Gloria Bonelli

PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – UNICAMP

Fabiana Luci de Oliveira

DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Maria Natália Barboza da Silveira

SOCIÓLOGA FORMADA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA,
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS